

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0012064-71.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **WILSON CARLOS**  
 Requerido: **CAIXA SEGURADORA SA**

Justiça Gratuita

**WILSON CARLOS** ajuizou ação contra **CAIXA SEGURADORA SA**, pedindo a condenação ao pagamento de indenização correspondente a contrato de seguro, mediante a quitação de contrato de financiamento de imóvel pelo Sistema Financeiro da Habitação, haja vista a ocorrência do risco previsto, qual seja, sua incapacidade total para o trabalho em razão de acidente de trânsito que sofreu em 29 de dezembro de 2001.

Citada, a ré contestou o pedido, arguindo prescrição e afirmando a inexistência de causa para o pagamento da indenização securitária, pela inexistência de incapacidade total e permanente do segurado para o trabalho.

Manifestou-se o autor.

A ação foi inicialmente ajuizada perante a Justiça Federal, pelo litisconsórcio passivo incluindo a Caixa Econômica Federal. A instituição financeira foi excluída do processo, então redistribuído para a Justiça Estadual.

A decisão de saneamento proferida por este juízo afastou a hipótese de prescrição e deferiu a produção de prova médico-pericial (fls. 175/176).

Realizado o exame pericial, juntou-se aos autos o respectivo laudo, cientes as partes, sobrevivendo manifestação apenas da ré.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O autor está aposentado por invalidez, em decorrência de sequelas resultantes de acidente de trânsito (fls. 20).

Contratou seguro habitacional com a ré e pretende cobertura no tocante à dívida perante a Caixa Econômica Federal.

**0012064-71.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A ré nega a indenização, pretextando não se caracterizar estado de invalidez total e permanente para o exercício de toda e qualquer atividade laborativa (fls. 48).

Sucedee que tal ilação contradiz com a situação fática, pois a própria Previdência Social identificou situação de incapacidade total e permanente, tanto que concedeu a aposentadoria por invalidez.

Dir-se-á que a ré não participou do procedimento pericial de avaliação da incapacidade, razão da existência deste processo judicial.

Determinou-se, aqui, a realização de exame pericial, a cargo do IMESC, concluindo-se que *a lesão determina incapacidade laboral parcial e permanente para o trabalho em geral e permanente para a função habitual* (fls. 221). Excluem-se atividades laborais que exijam o uso do membro inferior direito, posição ortostática prolongada ou deambulação frequente (fls. 221).

Note-se que o autor está aposentado por invalidez, fora portanto do mercado de trabalho, e conta com a assertiva pericial, de impedimento para o exercício da função habitual, que é o seu trabalho. Poderá exercer outras, decerto, mas não aquela que habitualmente exercia. Seu trabalho habitual proporciona a renda para pagar a prestação mensal do financiamento.

A renda ficou comprometida, pois não mais poderá exercer a mesma função, o que obviamente dificulta, senão impossibilita, o cumprimento do contrato. Bem por isso o chamamento da Companhia Seguradora, para dar cobertura ao risco contratado, exatamente a impossibilidade de pagamento da prestação, pela incapacidade laboral.

O autor era operador de serviços e não poderá executar várias atividades típicas do labor. Com efeito, conforme a avaliação específica da área de ortopedia (fls. 224/231), o autor apresenta lesão nervosa no nervo fibular comum, com comprometimento na dorsoflexão do tornozelo direito e na eversão do pé direito. Dela decorre *comprometimento para execução de atividades da vida diária, tais como: descer escada, levantar-se da posição sentada, cortar as unhas do pé, amarrar os cadarços, no equilíbrio na posição ortostática, na marcha (manter o pé afastado do assoalho na fase de balanço do membro, controlar o abaixamento do pé no final dessa fase, toque com o retropé), no equilíbrio na marcha em terreno irregular e na corrida* (fls. 230).

Induvidosa a afirmação da perita judicial, de que *há incapacidade laboral total e permanente para o trabalho habitual* (fls. 222).

Inaceitável a opinião do assistente técnico da ré, sobre estar o autor impossibilidade exercer apenas a atividade laborativa habitual, mas não outras (fls. 257 verso), sem sequer identificá-las. É certo que o sistema aplicado é diferente, no tocante ao seguro contratado e o seguro previdenciário, mas aquele, no caso concreto, tem uma finalidade muito clara, de atender o segurado nas circunstâncias em que, atingido por

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

qualquer episódio, tenha a renda mensal afetada pela impossibilidade de trabalhar. A hipótese de desenvolver atividades inferiores não exclui a incidência do seguro.

ILEGITIMIDADE PASSIVA IRB - Afastamento - Existência de vínculo Ré que participou do negócio, captando os recursos - Aplicação do Código de Defesa do Consumidor PRELIMINAR REJEITADA. SEGURO HABITACIONAL - Comprador com invalidez declarada pelo INSS Concessão, inclusive, de aposentadoria, o que induz à declaração de invalidez total e permanente Prescrição Não ocorrência Inaplicabilidade do disposto pelo artigo 206, § 1º, inciso II, alínea "b" do Código Civil, cuja previsão refere-se apenas em relação à ação do segurado contra a seguradora Segurada, na hipótese, é a empresa vendedora do bem e não o autor que, na condição de mutuário, se apresenta como mero beneficiário em razão do contrato de financiamento Aplicação do prazo geral de dez anos - Art. 205 do atual Código Civil Prescrição corretamente afastada Cobertura devida - Sentença confirmada Aplicação do disposto no artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça - RECURSOS NÃO PROVIDOS.

(TJSP; Apelação 0004011-78.2011.8.26.0037; Relator (a): Elcio Trujillo; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Privado; Foro de Araraquara - 3ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 19/08/2014; Data de Registro: 19/08/2014).

AQUISIÇÃO DE IMÓVEL. SFH. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO PROMISSÁRIO COMPRADOR. ATO ADMINISTRATIVO PERFEITO, VÁLIDO E EFICAZ. PRESUNÇÃO DA INCAPACIDADE LABORATIVA TOTAL E PERMANENTE DO SEGURADO. PREVALÊNCIA SOBRE O LAUDO DO IMESC. CLÁUSULA CONTRATUAL POTESTATIVA. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE ACORDO COM A CONDIÇÃO PESSOAL DO SEGURADO. QUITAÇÃO DE 83,76%, CONFORME COMPOSIÇÃO DE RENDA. DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS A PARTIR DA COMUNICAÇÃO, CONFORME O REQUERIDO PERCENTUAL. APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA. 1. Sentença que julgou improcedente a ação de indenização securitária movida pelo ora apelante, eis que perícia realizada pelo IMESC constatou capacidade laborativa. Reforma. 2. Concessão de aposentadoria por invalidez pelo INSS. Ato administrativo perfeito, válido e eficaz. Presunção da incapacidade laborativa total e permanente do autor/segurado. Desconstituição que deve ser feita pelas vias adequadas. Prevalência sobre o laudo do IMESC. 3. Potestatividade da cláusula contratual que estabelece que a incapacidade deve ser para o "exercício da ocupação principal e de qualquer outra atividade laborativa", eis que deixa a análise quanto ao cabimento da cobertura ao exclusivo critério da seguradora. 4. Necessidade de análise de acordo com a condição pessoal de cada segurado. Hipótese em que o autor exercia função de forneiro, exigindo, portanto, força física, e conta, atualmente, com 60 anos de idade. 5. Denúnciação da lide ao IRB descabida. Art. 100, II, CDC.

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Inocorrência de prescrição. 6. Recurso que deve ser provido para declarar a quitação de 83,76% do contrato, conforme composição de renda, e determinar a devolução dos valores pagos a partir de 12/09/2008, conforme o mencionado percentual. 7. Apelação do autor provida.

(TJSP; Apelação 0002620-92.2009.8.26.0511; Relator (a): Alexandre Lazzarini; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Privado; Foro de Rio das Pedras - Vara Única; Data do Julgamento: 28/01/2014; Data de Registro: 30/01/2014)

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré, **CAIXA SEGURADORA S. A.**, a quitar perante a instituição financeira, a Caixa Econômica Federal S. A., o saldo devedor do financiamento imobiliário contratado pelo autor, **WILSON CARLOS**, ressalvadas prestações anteriores ao acidente, pelas quais responde o mutuário. E ressalvo ao autor o direito de postular perante o agente financeiro a devolução de prestações pagas desde a constatação da incapacidade.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, dos honorários periciais e dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 28 de março de 2018.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**